



Serviço Público Federal - Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Curso de Licenciatura em Educação do Campo
Ciências Humanas e Sociais
Campus Rolim de Moura



MEMÓRIAS E HISTÓRIA DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR: IMAGENS E PERCURSOS FORMATIVOS DE 1980 À 1990¹

Liliane Souza Silva Borger²

Dra. Kachia Hedeny Téchio³

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo formativo de professores entre a década de 1980 a 1990 e a influência exercida pelos atravessamentos do espaço-tempo territorial e cultural na formação do município de Rolim de Moura durante essa produção. A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica em artigos publicados na *internet*, seguido de uma entrevista história oral com três professoras do ensino superior, residentes a mais de 30 anos em Rolim de Moura. Observou-se que as professoras participantes desta pesquisa enfrentaram muitas lutas, desafios e dificuldades ao longo de sua trajetória de vida, vindas de famílias carentes, da zona rural, que frequentaram escolas defasadas de professores, materiais didáticos e estrutura física, e alimentação, ainda, o conteúdo trabalhado não dialogava com a realidade, mas era a ferramenta que os professores tinham em mãos para ensinar os alunos naquela época. Concluiu-se que há necessidade de buscar conhecer mais sobre a história dos primeiros professores de Rolim de Moura e registrar suas memórias, pois esses professores são “bibliotecas vivas” para ampliar o conhecimento acadêmico e social sobre o início do desenvolvimento do estado de Rondônia.

Palavras-chave: Professores. Educação em Rondônia. Memórias e Histórias.

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Rondônia deixou de ser território Federal a partir do ano de 1982. Em seu primeiro ano era constituído por 13 municípios incluindo a capital de Porto Velho. Rondônia foi formado por imigrantes vindos de várias regiões de estados diferentes, essas famílias

¹ Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: liliborger18@gmail.com.

³ Doutora em Antropologia, Universidade Nova de Lisboa; Prof.^a Adjunta na Universidade Federal de Rondônia, docente no Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia

chegaram a Rondônia depois de um longo percurso que era o trajeto de vinda, pois tinham que se aventurar ao desconhecido que era esse processo de viagem, junto com suas famílias viajavam em caminhão denominado por eles por “pau de arara” (caminhão com carroceria coberto de lona), compartilhavam este mesmo veículo com outras famílias desconhecidas e também alguns animais como porcos e galinhas se organizavam para fazer as refeições e se ajeitavam como podiam para descansar durante a trajetória.

O ensino superior local construiu-se através de aspectos legais (legislação Estadual, Federal) aspectos jurídicos (diretrizes da educação do Ministério da Educação), no entanto, entende-se que os aspectos culturais, sociais do local onde o campus se desenvolve é permeado pelas subjetividades presentes nos processos e percursos formativos tiveram os professores nas décadas de 1980 a 1990. Analisar esses processos através da história de vida dos professores fundadores ou iniciantes do Ensino Superior em Rolim de Moura poderá contribuir para entender os significados, as apropriações, os desenvolvimentos do próprio município e da cultura local bem como da educação superior existente atualmente.

A educação em Rondônia iniciou com professores que não tinham nenhuma formação específica como o magistério, sendo assim, os primeiros professores eram escolhido entre as famílias de imigrantes recém chegadas, e eram pessoas que possuíam algum nível de ensino como a 5ª série, ou que sabiam ler e escrever tendo por base que neste período a educação voltada ao ensino superior estava se iniciando, não tendo assim nenhum professor que tivesse a formação superior. São essas especificidades que se busca identificar e analisar como influenciaram na forma de “ser” professor, buscando contribuir para refletir sobre o “fazer” docente, o “ser” docente diante das transformações sociais, econômicas e culturais das última décadas que atingiram todo o sistema de formação de professores no Brasil. Busca-se nas histórias de vida desses professores do interior de Rondônia memórias e histórias de professores na década de 1980: um estudo sobre os atravessamentos no percurso formativo.

Essa pesquisa pretendeu registrar e analisar esses saberes e diferenças encontradas na formação desses professores e analisar como a territorialidade e a cultura local influenciaram e influenciam a formação e a performance atual desses professores.

Esta pesquisa é de suma relevância ao universo acadêmico, visto que a educação superior tem necessidades especiais e a formação de professores para a educação do campo em Rondônia poderia se beneficiar dos saberes tradicionais ou saberes adquiridos através da experiência desses professores, que possuem culturas que atravessaram muitos aprendizados nas escolas para trazer maiores conhecimentos aos alunos e esclarecer como foi a trajetória

enfrentada pela educação ao longo do desenvolvimento deste estado e como ocorreu o processo formativo dos professores na década de 1980 a 1990, visto que o estado de Rondônia é novo e contou com a contribuição de seus pioneiros para a formação de suas cidades e desenvolvimento da educação e a influência exercida pelos atravessamentos do espaço-tempo territorial e cultural de um município.

As professoras participantes desta pesquisa com idade entre 30 a 60 anos, enfrentaram muitas lutas, desafios e dificuldades ao longo de sua trajetória de vida, vindas de famílias carentes, da zona rural, que frequentaram escolas defasadas de professores, materiais didáticos e estrutura física, alimentação, o conteúdo trabalhado não dialogava com a realidade, mas era a ferramenta que se tinham em mãos para ensinar os alunos naquela época.

Não foram anos fáceis, mas foram vencidos com muita garra e dedicação, sempre buscando fazer o melhor pelos alunos e pela profissão, não medindo esforços para conquistar resultados positivos. E depois de tantas lutas, estas professoras, que vieram da zona rural, de uma vida sofrida, hoje estão todas concursadas e trabalhando em uma universidade federal, tendo seus esforços reconhecidos. Fato este que demonstra que a força de vontade de uma pessoa, independentemente de sua condição financeira, é elemento chave para que se possa vencer os obstáculos encontrados pelo caminho.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo formativo de professores entre a década de 1980 à 1990 e a influência exercida pelos atravessamentos do espaço-tempo territorial e cultural na formação do município de Rolim de Moura durante essa produção.

Os objetivos específicos visaram identificar professores que iniciaram seus processos de formação (ensino médio, graduação, pós-graduação no período entre 1980 a 1990); analisar as redes de construção do que atualmente se conhece por ensino superior em Rolim de Moura, através das histórias de vida desses professores; analisar imagens formadas sobre os significados de ser professor através da história de vida desses interlocutores; identificar propostas, alternativas e possibilidades pensadas por esses interlocutores a partir de suas experiências como docentes e identificar as barreiras encontradas durante os processos de formação.

2 CAMINHOS PERCORRIDOS NO REGISTRO DAS HISTÓRIAS

A pesquisa tem caráter qualitativo e foi realizada com uma amostra formada com 3 (três) professores do Campus da Unir de Rolim de Moura – Rondônia, com idade entre 35 e 60 anos

que residem em Rondônia há mais de 30 anos, portanto, sujeitos que fizeram todo o percurso acadêmico em Rondônia. Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica segundo Minayo (2007) é um método que possibilita analisar obras já publicadas anteriormente por outros autores.

Em seguida trabalhou-se com o conceito de histórias de vida⁴. Os encontros com os interlocutores foram realizados ao longo dos meses de abril e maio de 2019 e foram registrados em áudio. A história de vida é uma forma de entrevista que permite ao interlocutor relembrar fatos importantes que posteriormente são colocados em ordem temporal. A entrevista assim, se torna um diálogo, não é uma conversa, mas uma relação programada onde o pesquisador fica atento à gravação da história do pesquisado, facilitando o conhecimento sobre o assunto abordado que é transmitido por meio de memórias e histórias oral de vida (MEIHY, 2013).

Pesquisas com base em narrativas vêm sendo muito utilizadas nos últimos anos, principalmente na área de pedagogia, este método possibilita que através da história de vida, seja possível conhecer as histórias pessoais e profissionais vivenciadas pelos professores e refletir sobre seu discurso (SANTOS; GARMS, 2013).

A análise de conteúdo foi realizada utilizando as teorias de Benini et al (2006), Praxedes (2009) e Freire (1996) que falam da importância da formação transformadora, relacionados a experiências empíricas e culturais. Também será embasado no livro de Meihy (2013) “História oral: como fazer, como pensar”, o qual ensina como proceder em todas as etapas, desde a elaboração do projeto até a na elaboração do projeto, durante a gravação, como confeccionar o documento até a apresentação dos resultados finais obtidos com a entrevista oral.

3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

3.1 Evolução histórica

No Brasil, a história da educação formal teve seu ponto de partida no século XV, quando os Portugueses desembarcaram nas terras brasileiras para colonizar e se depararam com um território habitado por índios sem nenhum desenvolvimento educacional escolar (DAVID *et al.*, 2014).

Quando os Jesuítas chegaram ao Brasil adentraram diversas terras na procura de novos

⁴ Relato pessoal sobre a história da própria pessoa (existência).

seguidores para dar continuidade a sua catequização, dando início a história da educação brasileira (AZEVEDO, 1964).

Era uma educação com foco único na catequização das pessoas, pensada pela Igreja Católica, a qual mantinha relação com o Governo Português, e seu objetivo era a conversão da fé cristã da alma dos índios que viviam no Brasil. Era visível a divisão do estudo naquela época, os índios estudavam em escolas improvisadas, que seus próprios grupos construíam, conhecidas por missões; já o ensino transmitido aos filhos dos colonos ocorria em escolas com estrutura, onde havia um bom investimento do governo. No caso dos filhos dos portugueses, a educação era bem diferente, os filhos dos europeus participavam das aulas dos jesuítas, mas o ensino que lhes era transmitido era mais profundo, e também era trabalhado outros tipos de matéria, não ficava restrito apenas a conteúdos de letras. Esse diferencial no estudo era diferenciado devido às exigências da elite colonial que residia no território nacional (AZEVEDO, 2018). O autor acrescenta ainda que,

“Os índios são papel em branco”, escreveu, certa vez, o líder jesuíta no Brasil, o padre Manuel de Nóbrega, em carta enviada à corte portuguesa. A educação dos índios, em especial da tribo curumim, era uma tarefa encampada pelo padre José de Anchieta, homem considerado um dos mais atuantes pedagogos da Companhia de Jesus. Para educar os indígenas, Anchieta lançava mão de recursos ainda atuais em algumas escolas brasileiras, como o teatro, a música e a poesia. Por causa de sua obra preservada, especialmente as cartas em que documentava as rotinas escolares, Anchieta pode ser apontado como um dos nomes de maior destaque da história da educação brasileira (AZEVEDO, 2018, p.1).

Os Jesuítas transmitiam seus ensinamentos em ações religiosas e escolas criadas pela Igreja, transmitindo ensinamentos religiosos e ensinando a ler e escrever, visando principalmente à formação dos filhos homens das elites brancas (STAMATTO, 2012). E mesmo havendo uma diferença na forma de ensinamento que era passado para os índios e filhos de colonos, esses educadores seguiam um documento curricular chamado de “*Ratio Studiorum*”, que foi criado em 1599 e que tinha como base curricular conteúdos escolhidos pela própria igreja (AZEVEDO, 2018). Os estudos elencados no plano de Organização do *Ratio Studiorum* tinha uma essência elitista e universalista, sendo este currículo composto por cinco matérias “retórica; humanidades; gramática superior; gramática média; e gramática inferior” (SAVIANI, 2008, p.56).

Através do ensino das letras, abriam-se as portas para a sociedade poder se organizar e hierarquizar o processo de alfabetização, aumentando as possibilidades para as pessoas que aprendessem a ler e escrever. Os padres cobravam muito o comportamento dos alunos durante as aulas, e quem descumprisse os princípios morais da Igreja sofriam punições (AZEVEDO,

2018).

A educação dos Jesuítas durou de 1549 a 1759, ou seja, 210 anos, sendo interrompida por uma ruptura que marcou a história deste país, quando os Jesuítas foram expulsos do Brasil pelo impiedoso diplomata Marques de Pombal, devido à vinda da Família Real (PIMENTEL, 2018).

No ano de 1750, quando o Tratado de Madrid foi assinado entre Portugueses e Europeus, a Companhia de Jesus passou a perder sua relevância no território brasileiro e após alguns anos os jesuítas foram expulsos do país (AZEVEDO, 2018). Os primeiros registros da educação brasileira foram em 1549 por meio dos padres Jesuítas que por 200 anos desceram na Bahia e propagaram a fé e o sentimento religioso, sendo até então os únicos educadores brasileiros durante este longo tempo (PIMENTEL, 2018, p. 3).

São poucas as semelhanças da educação praticada pelos jesuítas ao que se emprega nas escolas contemporâneas, mesmo assim, muito se discutiu sobre o legado que essa companhia deixou no Brasil, pois eles foram os precursores da Educação neste país. Durante o tempo em que ficaram lecionando neste território, eles realizaram “25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários”, uma das mais importantes ordens religiosas que atuou na educação brasileira (AZEVEDO, 2018, p. 1).

A chegar ao Brasil, D. João VI reformulou a educação ao abrir “Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico”, mesmo assim, a educação continuou em segundo plano, pois nesta mesma época as colônias espanholas já possuíam universidades desde 1538, enquanto no Brasil a primeira Universidade só foi implantada em 1934 (PIMENTEL, 2018, p. 3).

Os registros históricos sobre a educação apontam que os filhos os portugueses recebiam uma atendimento diferenciado em relação aos outros alunos. Para os descendentes dos povos europeus os ensinamentos transmitidos pelos Jesuítas eram mais amplos, tinham aulas de várias disciplinas, com alfabetização (letras), uma exigência da elite colonial que residia no território nacional e não apenas o ensino religioso, uma educação voltada à catequização como era de costume, a qual deu origem ao processo educacional no Brasil com a chegada dos Jesuítas na Bahia (AZEVEDO, 2018).

A educação trazida para o Brasil teve características portuguesas oriundas dos padrões europeus, porém, não se pode negar que os povos que aqui habitavam não tinham características educativas próprias, ao contrário, os índios possuíam sua forma de ensinar e aprender praticado por cada grupo (BELLO, 2001).

A obra *História Social da Educação no Brasil*, aborda-se sobre os caminhos percorridos pela educação brasileira entre os anos de 1926 a 1996, nela o autor Freitas e Souza retratam por meio de imagens a longa travessia percorrida pela educação ao longo da história. Na obra de Veiga sobre “Escola pública para os Negros e os Pobres no Brasil: uma Invenção Imperial” dá para se perceber a precariedade da educação daquela época, inadequada e sem recursos suficientes para atender a população (TEIXEIRA, 2015).

Segundo Alves (2017), desde a década de 70 que diversas lutas foram traçadas na busca de mudanças pela Educação. Em 1978 ocorreu o 1º Seminário de Educação Brasileira no estado de São Paulo, onde houve a transmissão de uma gravação com Paulo Freire, seminário este que possibilitou a criação do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES o qual passou a fazer publicações da Revista Educação e Sociedade. Nesta mesma época foram organizadas instituições para pós-graduação e pesquisa na área da Educação, através das seguintes associações citadas na Conferência Brasileira de Educação de 1980,

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), cuja primeira reunião aconteceu em 16 de março de 1978, no Rio de Janeiro (Instituto de Ensino Superior Albert Einstein – IESAE/Fundação Getúlio Vargas), articulada pelos programas de pós-graduação em Educação existentes até então; e a Associação Nacional de Educação (ANDE), em São Paulo. Essas três organizações (CEDES, ANPEd e ANDE), juntamente com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), iniciaram a realização das conferências nacionais da educação. (ALVES, 2017, p. 5).

Pode-se dizer que os primeiros professores nas terras brasileiras foram os Jesuítas e esta educação não ocorreu apenas na fase que a Companhia esteve no Brasil entre os anos de 1549 e 1759, ela foi além desse período, com fases marcadas com momentos de tradições, ensinamentos e conhecimentos do que outras (DAVID *et al.*, 2014).

Quando se fala em educação na década de 1990, rapidamente se volta o pensamento para os acontecimentos da década de 1980, os quais impulsionaram os acontecimentos da década posterior, período em que ocorreu a abertura das políticas brasileiras, quando destino democrático do país e a intervenção estatal começaram a ser alvo de debates, tendo em vista atender as necessidades sociais e bloquear as propostas neoconservadoras (MIRANDA, 2005).

Apesar de tantas conquistas, a melhoria na educação no âmbito brasileiro foi impulsionada pela Conferência de Jontiem, quando os governantes cobraram maior comprometimento do Brasil com a educação da população, tendo em vista reduzir os índices de analfabetismo.

As políticas educacionais brasileiras tiveram início na década de 1980, mas somente na década de 90 que ganharam maior impulso, devido a Conferência de Jontiem com foco na

“Educação para Todos”, onde as escolas tiveram que reformular suas políticas, adequando-se ao mundo globalizado (LIBÂNEO, 2015).

3.2 A educação como Lei

A primeira Lei sobre a Educação foi sancionada no Brasil pela Lei de 15 de outubro de 1827, por meio da qual, D. Pedro I mandou criar escolas de letras por todo o Império. Esta lei trazia em seu artigo 1º a seguinte redação: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.” A Lei também estabeleceu o direito das meninas frequentarem os colégios (Art. 11) e mesmo que não houvesse um prazo previsto para cursar o ensino primário, pois este era curto e bancado pelos ordenados, pode-se dizer que este foi um marco para a educação. Segundo a Lei 15 de outubro de 1827,

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

A Lei também falava que os professores que fossem pouco qualificados, deveriam buscar capacitação individual para ampliar sua formação profissional e poder lecionar nas escolas e esta qualificação não seria bancada pelo Estado, sendo de inteira responsabilidade do docente. Após alguns anos, a preocupação sobre a formação desses docentes tornou-se uma questão de prioridade, pois os professores para serem contratados deveriam passar por um concurso e ter seus conhecimentos avaliados (AZEVEDO, 2018). Diante desta situação,

Em 1834, o governo monárquico inaugurou a primeira escola de formação de professores, a Escola Normal de Niterói. Durante os primeiros 50 anos de funcionamento, as escolas normais eram frequentadas quase que exclusivamente por homens. Durante o período regencial, ocorreu uma reforma na Constituição que dura até hoje. No chamado Ato Adicional, instituído pelo governo, foi definido que o ensino elementar, o secundário e a formação de professores seriam de responsabilidade das províncias, e o ensino superior ficaria sob o guarda-chuva do poder central. Com isso, foi fortalecida a descentralização do ensino, com consequências negativas para a organização da educação no país. (AZEVEDO, 2018, p. 1)

Segundo o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, no ano de 1962, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação, o qual visava atender aos requisitos da Constituição Federal de 1946 e da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1961, a qual foi posteriormente reformulada em 1971 e em 1996 (ALVES, 2010).

3.3 As Leis que regem a Educação Brasileira na atualidade

A Educação Brasileira é regida por diversas leis, como: a Constituição Federal de 1988 que reconhece os direitos sociais do ser humano, tendo um capítulo todo voltado à educação. De acordo com o artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Mesmo que o sistema educacional seja reconhecido pela CF/88, a Educação brasileira é regulamentada pela Lei nº 9.394/96 que rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que tem seus princípios voltados para as instituições públicas e privados, nos níveis de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

A Lei nº 9.131/1995 que institui o Conselho Nacional de Educação (CNE) que é o órgão que atua em conjunto com o Ministério da Educação, auxiliando-o e ajudando a formular e avaliar o sistema educacional brasileiro.

A Lei nº 10.172/2001 que institui o Plano Nacional de Educação estão em concordância aos artigos 9º inciso I da Lei de Bases e Diretrizes da Educação; e a Lei nº 10.436/2002 que abrange sobre a língua de sinais (LIBRAS), a lei dos surdos;

3.4 Ensino Superior no Brasil

A educação superior no Brasil passou por longos processos e revisões, tendo em vista as transformações sistêmicas em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a qual rege atualmente a educação nacional. Todavia, por longos anos a promoção de educação foi carente no país, havendo poucas instituições e cursos de nível superior para qualificar os professores, principalmente na década de 1970 (WALTERLINA, 2007).

A educação é sem dúvida um direito social e universal básico e como tal está inscrita em um processo histórico que se configura pelas suas provocações na formação de professores, de aprender e cultivar saberes necessários para prática educativa, perspectiva essa que, para Paulo Freire (1996), significava uma prática educativa transformadora.

Para Paulo Freire os saberes dos educandos devem ser respeitados como ponto de partida do diálogo crítico com a realidade, pois as mudanças históricas são cotidianas e ocorrem a todo o momento, ou seja, ensinar exige esses movimentos de partida da realidade e

sistematizar com a teoria a ciência e o diálogo crítico.

Na obra “Pedagogia da autonomia” Freire (1996) aponta que a educação vai além da técnica, pois educação diz respeito à totalidade do ser humano em seu sentido mais humanizado, crítico e transformador. Além do trabalho, o ser humano se forma para a vida, o lazer e a socialização. Ainda, em relação a importância do olhar sensível e de amor que devem envolver a prática docente Freire (1996, p.120) assevera que:

Deve fazer parte de nossa formação discutir quais são estas qualidades indispensáveis, mesmo sabendo que eles precisam ser criadas por nós, em nossa prática, se nossa opção política pedagógica é democrática ou progressista e se somos coerentes com ela. É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade a mudanças, persistência na luta, recusa ao fatalismo, identificação com a esperança, abertura a justiça, não é possível a prática pedagógica progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica.

No livro Pedagogia da autonomia foi possível verificar a relevância da presença do diálogo para a formação de professores, seja ela inicial, continuada ou permanente, numa perspectiva da coletividade, do compartilhamento de saberes, do exercício da autonomia, do pensar a prática e de problematizá-la. A relação diálogo foi tratada também, como propulsora da práxis pedagógica.

Segundo Benini *et al.* (2006, p. 3): Nas últimas décadas, professores têm destinado atenção especial às Histórias de vida, tanto em suas modalidades orais como escrita. Neste sentido pode-se destacar a importância da valorização das experiências empíricas e seus saberes adquiridos, trazendo a ideia citadas pelos autores em seu artigo “**Saber ser, saber fazer: a formação de professores num complexo de processo de conhecimento de si**” que: “A educação, ou o processo educativo pode ser uma criação, pode ser um momento pleno de prazeres, sabores e saberes. Entretanto, só conseguiremos estabelecer significação se estivermos realmente interessados nos atores do processo educativo”.

A formação acadêmica implica em compreender o ensino aprendizagem como um processo continuado que nos remete uma análise cuidadosa desse processo de aprender em todo complexo de evolução, a fim de proporcionar conceitos alicerçados na busca da compreensão de novas ideias, valores e saberes.

O professor encontra no cotidiano escolar, em sala de aula, subsídios que lhes dão suporte para seu processo de formação, no qual o diálogo é elemento fundamental para que seja reforçada a necessidade de sua formação, sempre com foco na realidade vivenciada no cotidiano escolar (NÓVOA, 1992).

Segundo Carvalho (2005b): “O diálogo é a fonte geradora de reflexão, e o encontro com o outro é a primeira condição da instauração do diálogo em sala de aula [...]”, ou seja, a relação estabelecida entre educador e educando da perspectiva da educação que torna a relação de cumplicidade entre docente e discente.

Ainda, na mesma linha de pensamento, Freire (1996) demonstra aos professores e educadores a utilização de discussões próximas a realidade concreta do ser educando, para que o mesmo possa entender a ligação estabelecida entre a educação e sua própria vida, ou melhor dizendo, educar requer compromisso humanizado, respeito, justiça, e assim fazendo com que o educando se perceba como sujeito da ação e não um mero objeto. Freire (1996) e Carvalho (2005a) também defendem a ideia de que a educação deve atender objetivos que vão além dos muros da escola, gerando uma bagagem de conhecimentos que o indivíduo levará por toda a sua vida.

Entre dito e não dito, a conclusão é óbvia a formação de professores será sempre importante para qualquer mudança educacional, sobre tudo para a melhoria da qualidade do ensino. E pensar a qualidade da educação no contexto da formação de professores significa colocar-se a disposição da construção de um projeto de educação cidadã que propicia condições para a formação de sujeitos históricos capazes de conscientemente, produzir e transformar sua existência (CARVALHO, 2005a, p. 06).

Nessa pesquisa parte-se da ideia de que a qualidade da educação tem como referência central, a dimensão de formar pessoas aptas para o exercício da cidadania politizada, conforme concepção de Freire e Carvalho. A formação inicial e continuada dos professores é também, fator decisivo no processo de transformação da educação, uma formação que oportuniza a reflexão e práticas educativas. “[...] falar dos educadores em seus processos de formação continuada é, primeiramente, falar de sua identidade e profissionalidade, individual e coletiva” (CARVALHO, 2005b, p. 97).

Por tanto, neste trabalho foi buscado conhecer como ocorreu o processo de ensino de alguns professores na década de 80 e 90, contando um pouco de suas histórias de vida ao longo dos anos e as dificuldades enfrentadas nesta vivência.

4 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 80 E 90 EM RONDÔNIA

4.1 A educação no Estado de Rondônia

Para compreender como ocorreu a formação dos professores de ensino superior nas

décadas de 1980 e 1990, é preciso fazer uma retrospectiva sobre a criação de Rondônia, o qual é um estado novo e sua história caminha lado a lado com a história da educação superior deste estado.

O Estado de Rondônia é formado por uma área abrangendo 237765,233 km², sendo composto por 52 municípios distribuídos ao longo de seu território, com uma população de 1.757.589 habitantes, segundo censo IBGE (2018). Os municípios do Estado de Rondônia estão distribuídos conforme Figura 1.

Figura 1: Mapa de Rondônia



Fonte: Brasil. Mapas de Rondônia (2012).

Um dos marcos históricos no estado de Rondônia durante o período de ocupação foi a criação de Linhas Telegráficas, instaladas pela Comissão Rondon em 1907 com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) (BORGES, 2011) a qual foi construída entre 1871 e 1912, medindo mais de 366 km, conectando a capital Porto Velho ao município de Guajará-Mirim (BACELAR, 2019).

A Comissão de Rondon cortou o território nacional de sul a norte entre os anos de 1907 e 1915, território que hoje é conhecido por “Mato Grosso, Rondônia e Amazonas” com intuito de instalar a linha telegráfica a qual passaria a interligar essas regiões, mas devido as doenças endêmicas, como por exemplo, a malária, fez com que a Comissão abandonasse alguns objetivos pretendidos na época, retardando todo o processo de trabalho (CASER e SÁ, 2011).

A abertura dessa linha telegráfica visava ligar o estado de Mato Grosso ao Amazonas,

uma extensa obra que tiraria as regiões do Oeste e Norte brasileiro do isolamento, era preciso incorporar a população. A construção da EFMM e da Linha Telegráfica era um acontecimento que traria a modernidade e progresso ao país (TEIXEIRA e FONSECA, 2001).

Com a tentativa de integralizar as regiões vazias do país, e devido a um projeto de infraestrutura muito desejado na época, tendo em vista o crescimento econômico brasileiro, pois este projeto dava origem à via de acesso à região Amazônica por meio da construção da BR-364, o que possibilitava a migração de pessoas e a formação dos primeiros povoados (BORGES, 2011).

A partir de 1940, as políticas públicas do país começaram a investir em Rondônia, almejando atrair núcleos populacionais para povoar o território, investir na agricultura, criar escolas e meios de acesso ao estado. No ano de 1943 Rondônia passou por uma divisão administrativa e judiciária, trazendo uma nova configuração ao limites territoriais de Rondônia (PINTO, 2003).

Mesmo com diversos incentivos destinados ao território Rondoniense, em 1956 sua economia mostrou-se estagnada, havendo poucas famílias que residiam nestas regiões e atividades agropecuárias e garimpeiras que a pouco se iniciava em algumas localidades da região (TEIXEIRA e FONSECA, 2001).

Em 1960, com Juscelino Kubitschek no governo do país, novos investimentos começaram a ser feitos, como é o caso do Plano de Integração da Amazônia, que possibilitaram estender a construção de estradas para interligar o estado a outras regiões do país e promover outras infraestruturas e ocupação local (NUNES, 2004).

Nos anos de 1970 com o lançamento do Programa de Assentamento e o Programa de Integração da Amazônia (PIN) iniciou-se o incentivo da ocupação territorial, onde foi estabelecido o Projeto Integrado de Ocupação (PIC) e vários Programas de Assentamento Dirigido (PAD). Entre 1974 e 1980 foi implantado o Polamazônia (incentivo da mineração e agropecuária); em 1980 o Polonoroeste (incentivo a infraestrutura e agropecuária); Planaflores (preservação ambiental para evitar a ocupação desordenada e os conflitos sociais, econômicos e ambientais, reorganizando o território). Na década de 1970 Rondônia teve um crescimento de 15%, e muitas famílias migravam dos diversos estados brasileiros, principalmente nativos do sul, sudeste e nordeste do país, criando pequenas colônias às margens da BR-364 (BORGES, 2011).

Mais de 50% da população que residia em Rondônia na década de 1980 tinha vindo na década de 1970, e a migração populacional continuou a aumentar com o passar dos anos. Entre

1981 e 1984 já haviam 364.320 pessoas quase 110.000 a mais do que havia na década anterior (COY, 1988).

Com o crescimento populacional no estado de Rondônia, passou-se a existir a necessidade de escolas e professores para ensinar os alunos, o que acabou gerando uma contratação imediata de pessoas que se mostravam apta a exercer a função de educador e a contratação na época era baseada em “entrevista, convite de amigos ou autoridades, teste de seleção”. Essas pessoas leigas que haviam migrado de outras regiões do Brasil, porém, haviam professores que já tinham titulação, mas a maioria dos que exerciam esse papel não tinham nenhuma habilitação profissional, assim, foram cadastrados no sistema educacional como professores leigos, os quais representavam 80% da categoria de professores da época. Essa grande migração também fez surgir a necessidade de maiores investimentos por parte das políticas públicas para promover a estrutura e funcionamento das escolas locais (BORGES, 2011, p. 44).

4.2 A primeira Universidade de Rondônia e a formação dos professores

No estado de Rondônia a oferta pela educação superior sofreu influência de vários fatores, sofrida pela pressão demandada pela expansão demográfica nacional e questões políticas (WALTERLINA, 2007).

Com a criação do estado de Rondônia e abertura das escolas para alfabetizar a população local, houve a necessidade de criar uma Universidade para capacitar os professores leigos, visto que estes compunham a maioria dos educadores em Rondônia. Assim, ocorreu o processo de abertura da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a qual teve suas sedes instaladas nas cidades de Cacoal, Ji-paraná e Guajará-Mirim, Vilhena e Rolim de Moura. Alguns anos depois, também abrangeu o município de Ariquemes (BORGES, 2011).

O Ensino Superior em Rondônia tem seus registros na década de 1970, “quando [...] no ano de 1973, foi viabilizado um convênio entre o Governo do Território Federal de Rondônia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim foram instalados os primeiros cursos superiores no Território de Rondônia” (RUEZENNE, 2012, p. 59).

A UNIR teve como pioneira as diversas experiências vivenciadas por campos universitários, sendo seu primeiro exemplar, o “Campus Avançado” da cidade de Porto Velho, uma extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que foi instalado na capital em 1971, exercido em áreas prioritizadas da região, estabelecidas pelo governo militar na

busca de desenvolver a região. Este Campus estava inserido nos planos do Projeto Rondon, o qual estava em fase de desenvolvimento (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1971). O projeto Rondon, segundo Ruezzenne (2012),

[...] era caracterizado por um movimento voluntário que tinha como objetivo ajudar a resolver alguns dos graves problemas sociais das regiões interiorana do País, utilizando os conhecimentos dos universitários em seus períodos de férias. Durante o desenvolvimento do Projeto Rondon, Milhares de estudantes e professores se deslocavam para regiões desconhecidas do interior do Brasil. Esse projeto foi uma oportunidade para os universitários tomarem conhecimento de uma realidade que só ouviam falar, ou seja, um Brasil esquecido no interior do País. Ao mesmo tempo, tornou-se uma estratégia militar de desenvolvimento e segurança nacional (RUEZZENE, 2012, p. 57).

No ano de 1975, criou-se a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), que era uma instituição pertencente à Prefeitura Municipal de Porto Velho, que de início ofereceu os cursos de “Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas”, lançando o primeiro vestibular no ano de 1980. Em 1976 a Universidade Federal do Pará (UFPA) começou a trabalhar em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC) na criação de Núcleos Avançados na área da Educação, atendendo várias cidades de Rondônia, dos quais Rolim de Moura fazia parte. No mesmo ano, foram ofertados os cursos de: “Pedagogia – Licenciatura Curta, Enfermagem, Construção Civil, Heveacultura (da borracha), Topografia e Estradas”. Em 1979 este trabalho continuo sendo realizado apenas pela UFPA, a qual passou a oferecer novos cursos como: “Geografia, Ciências – Licenciatura Curta, História – Licenciatura Plena, Ciências – Licenciatura Curta, Letras, Geografia, História, Matemática e Pós-graduação Lato Sensu em Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior (a primeira pós-graduação de Rondônia)” (UNIR, 2019, p. 1).

Em 08 de julho de 1982, através da lei nº 7011 a Fundação Universidade Federal de Rondônia foi criada. Inicialmente a instituição foi implantada na cidade de Porto Velho, (capital do estado) através da incorporação da estrutura da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia. Os cursos que estavam em funcionamento (Administração, Ciências Contábeis e ciências Econômicas) tiveram sequência. Entendemos que um dos objetivos da criação de uma universidade em um local novo atenda à necessidade de fixação/demarcação de território e também desenvolvimento profissional/tecnológico da região, é nesta perspectiva que acreditamos ser pautada a criação da UNIR. Em 1983, os cursos de: História, Letras, Geografia, Matemática, Educação Física e Pedagogia, foram absorvidos do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Escola Superior de Educação Física do Pará – ESEF pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (RUEZZENE e DALCIN, 2010, p. 6-7).

Esses cursos tiveram uma forte demanda, o que deu base para o programa PROHACAP⁵ em 2000. Nesta época, foram lançados novos cursos como: “Direito, Enfermagem e Psicologia” na sede do município de Porto Velho. A partir de 1988 deu-se início ao processo de expansão para cidades do interior do estado, visando atender a demanda e expandir a educação em Rondônia (BORGES, 2011, p. 46).

A criação da UNIR foi de grande influência nas políticas públicas da década de 1990, devido a implantação de cursos de literatura, nesta instituição, visto que com a criação da Lei nº 9.394/1996, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abriu-se a oportunidade para a formação de professores em cursos universitários, possibilitando o investimento em novas políticas educacionais. Tendo em vista atender a grande demanda escolar, e sendo a Instituição recém criada, foi preciso aderir aos princípios das diretrizes do Ministério da Educação para que viesse a funcionar de forma satisfatória. Nesta época, a UNIR necessitava muito de auxílio do MEC, devido encontrar-se em fase de estruturação, necessitando também de sua influência para promover a formação docente (BORGES, 2011).

No ano de 2008, o MEC decretou que a UNIR é a melhor Universidade de toda a região norte, devido a sua excelente atuação no Índice Geral de Cursos (IGC), que indica a qualidade das universidades, levando em consideração como requisitos avaliativos: os cursos de graduação, os cursos de pós-graduação, os professores, a infraestrutura, o projeto pedagógico e no ano seguinte (UNIR, 2016).

5 OUVINDO AS HISTÓRIAS

Esta pesquisa apresenta as memórias e histórias contadas por três professoras do Ensino Superior que atualmente exercem a função de professoras, no *Campus* da Unir de Rolim de Moura, as quais contam as imagens e percursos formativos vivenciados entre os anos de 1980 e 1990.

A professora A relatou que nasceu no campo e convivia com todo manejo de trabalho rural, inclusive com a fabricação de farinha. A casa onde morava era anexa à casa de farinha, no estado de Paraíba na cidade de Araruna. Com 5 anos de idade, mudou-se para o Rio Grande do Norte com a mãe e os irmãos e tempos depois o pai também foi. Iniciou seus estudos aos

⁵ Programa de Habilitação e Capacitação dos Professores Leigos da Rede Pública Estadual e Municipal de Rondônia.

sete anos de idade, em uma sala multisseriadas, com alunos de várias idades e nível escolar da 1ª a 5ª série. Com 21 anos iniciou a Universidade e mesmo com dificuldade de aquisição de livros, conseguia ir bem em todas as disciplinas, pois prestava muita atenção nas aulas e as avaliações eram feitas predominantemente com as anotações que fazia durante a explicação dos professores nas aulas. Concluiu o ensino superior em 1974, curso de história e em 1982 pedagogia. Em 1970, mudou-se com sua família para Rondônia.

A professora B chegou em Rondônia em 1976, oriunda do Paraná, veio com sua família quando estava ocorrendo o processo de povoamento do Estado de Rondônia para ter um pedaço de terra. Filha de agricultores, eram meieiros no Paraná, cuidavam de terras de outras pessoas. Morou um ano em Cacoal e depois seu pai fez o processo da aquisição da terra, inscrição no Incra e recebeu a terra em Rolim de Moura, e mudaram para esta cidade.

A professora C iniciou a trajetória escolar aos 6 anos de idade, em 1988, naquela época normalmente as crianças iam para a escola aos 7 anos, morava no Espírito Santo no sítio e não tinha escola de educação infantil. Em 1992 veio para Rondônia com a família, depois mudaram para São Felipe, Santa Luzia, eram meieiros, então começou a estudar o ensino médio no campo, levantava de madrugada, às 4 horas da manhã, caminhava 4 km, pegava o ônibus e andava mais 35 km com ele até chegar na escola no município de Santa Luzia, o nome da Escola Juscelino Kubitschek. Nessa escola tinha o magistério e o ensino médio normal. O magistério não era profissionalizante só que o primeiro ano todo mundo fazia junto, era chamado de primeiro básico, então ia de manhã voltava à tarde de ônibus. No final de 1999 seu pai comprou uma chácara em Nova Estrela, antigamente chamado de jabuti, que é um distrito aqui do município de Rolim de Moura que fica a 25 Km de Rolim de Moura.

Como pode ser observado,

Muitos colonos, de fato, ao saírem de seus lugares tinham expectativa de obter terra não apenas para si, mas também para seus filhos e até outras pessoas incluídas em seu grupo doméstico. Nada assim os impedia; e Rondônia era o lugar para onde aquele sonho convergia (TEIXEIRA, 1999, p.198-199).

Muitas famílias imigraram de outras regiões brasileiras para o estado de Rondônia, na época do processo de evasão do estado, vieram atraídos pelas belezas que eram propagadas pelos meios de comunicação daquela época, o rádio, atraindo pessoas principalmente do sul (NASCIMENTO, 2010). Os imigrantes vinham principalmente do estado do Paraná Espírito Santo. As estradas que cortavam a cidade era como picadeiros, onde as famílias atravessavam (BRASIL, 2010).

Na década de 70 ocorreu a marcha para o Eldorado, nome dado ao processo migratório

que atraiu um grande fluxo migratório de pessoas para este estado, onde os pequenos agricultores deixaram suas cidades e vieram para Rondônia em busca de um futuro melhor (PERDIGÃO e BASSÉGIO, 1992). Em 1975, deu-se início a colonização do município de Rolim de Moura, que naquela época pertencia a Cacoal (BRASIL, 2010).

Entre a década de 1970 e 1980 o estado de Rondônia estava passando por uma fase de desenvolvimento populacional, pois diversas famílias migravam de outros estados para Rondônia na busca de conseguir terras para fixar moradia e começar uma vida com sua família. Entre essas estavam também as famílias dessas professoras colaboradoras (A, B e C), que atuaram como professoras de ensino fundamental quando aqui em Rolim de Moura e também tiveram a oportunidade de realizar o curso de ensino superior pela UNIR e poder fazer parte de seu quadro de docentes.

Segundo Rohden (2014), a construção da BR-364 foi à porta de entrada para que esses imigrantes saíssem de suas terras e viessem para Rondônia, sendo essa passagem marcada por dois pontos importantes que foi: as linhas telegráficas e a abertura da rodovia, que ligou esta região a outros pontos do país.

Uma das questões que foram indagadas as participantes, foi quando conseguiram cursar o ensino superior, e estas relatam que,

Com 21 anos iniciei a Universidade e mesmo com dificuldade de aquisição de livros ia bem a todas as disciplinas, pois prestava muita atenção nas aulas, as avaliações eram feitas predominantemente com as anotações que fazia durante a explicação dos professores nas aulas. Conclui o ensino superior em 1974 o curso de história e em 1982 conclui pedagogia. A opção pelo curso de pedagogia foi mais para entender se o curso ensinava diretores humilhar e pressionar professores para atender os interesses do sistema, e eles era pra isso, mas quando ela entrou para pedagogia o curso já tinha uma dupla face. (PROFESSORA A)

Em 1990 saiu o processo de interiorização do Campus para UNIR, entrei na segunda turma mais optei por letras, nesta época estava na escola que é o Monteiro Lobato que atualmente trabalha o tempo integral. Lá eu alfabetizava e eu não consegui achar nada do meu curso que me ajudasse no Magistério, tudo que eu pensei que poderia ter nele, não tinha e eu imaginava que o curso de letras iria me ajudar a entender melhor ou desempenhar melhor minhas funções de Magistério e nada disso, era um curso muito técnico. (PROFESSORA B)

No final do ano de 1999 eu prestei o vestibular, na época eram 3 dias de vestibular, Aqui para o Campus da unir de Rolim de Moura para o curso de pedagogia, lugar mais próximo de Cacoal, pois eu tinha clareza plena de que eu seria professora, eu fui escolhendo os cursos que tem a ver com a profissão de professor, vestibular passei e em fevereiro de 2000 comecei pedagogia. Outro motivo da minha escolha é que minha família trabalhava dinheiro em Santa Luzia e no final de 1999 meu pai comprou uma chácara em Nova Estrela, antigamente chamado de jabuti, que é um distrito aqui do município de Rolim de Moura que fica a 25 Km daqui da sede da cidade (PROFESSORA C)

O curso superior foi realizado por estas professoras entre a década de 80 e 90, uma oportunidade que contribuiu para que pudesses fazer parte do processo de educação inicial de Rondônia, quando a UNIR iniciou suas atividades. Todas as professoras quando iniciaram sua carreira na área da educação já possuíam algum nível de escolaridade, uma com ensino fundamental, outras com magistério e ensino superior.

Trabalho no ensino superior a 20 anos, 15 na UNIR de Rolim de Moura e trabalhou 4 anos em Porto Velho, 1 ano em Natal. Quando sai de lá me chamaram para voltar, mas lá era particular e meu objetivo era sempre estar no público. Cheguei em Rondônia no final de 1989, na primeira eleição de Lula e fiquei hospedada no ginásio em Porto Velho, época de eleições, passei muito medo porque na época mataram um candidato a governador no período de apuração depois do primeiro turno. Vem para Rondônia com concurso pelo estado. (PROFESSORA A)

Em 1979 comecei a fazer o 5º ano e em 1980 o sexto, em 1981 eu estava no 7º e tinha 17 anos, então fui convidada a dar aula na escola do nosso sítio, não tinha intenção de ser professora, meu pai foi até Cacoal porque naquela época Rolim de Moura pertencia a Cacoal, todas as questões administrativas eram resolvidas lá, fiz o teste, uma prova de nível de quarta série e fui aprovada, [...] quando foi em 1994 saiu uma seleção para vir para a UNIR, mas não para trabalhar com a formação na universidade, e sim, para trabalhar na escola de aplicação, então fiquei mais feliz ainda, porque eu poderia optar por alfabetização aqui dentro da UNIR. [...] Trabalho na UNIR desde 1994, pertenço ao quadro de distribuição do ex-território Federal de Rondônia, atuo na formação há 20 anos, já sou cria aqui da UNIR, entrei em 1990 e depois em 94, após ser concluído eu vim para o quadro (PROFESSORA B)

No ano de 1999, ao terminar o terceiro ano comecei a minha docência, e fui fazer o estágio em uma escola próximo ao local que eu já tinha morado, era uma escola que eu conhecia e a princípio eles não queriam um estagiário que têm esse problema de não querem, mas coincidiu deles estarem precisando de uma professora. Essa escola funcionava assim: as turmas de 1º ao 4º ano tinha um professor que dava aula de ciências e português, por exemplo, fazíamos um rodízio, eu entrava na turma do 3º ano da aula de ciências e português, por exemplo, daí eu sair e entrar um professor para dar aula de matemática um sistema parecido com o do quinto e sexto ano e no início da docência eu tinha entre 16 a 17 anos de idade. Fiz o estágio nessa escola e quando eu terminei ainda faltava professores e eles me fizeram uma proposta para eu continuar lá e pagariam uma gratificação para mim, então continuei até fechar o ano lecionando nessa instituição nas disciplinas de ciências e língua portuguesa. (PROFESSORA C)

As participantes cursaram o ensino superior em Universidades públicas, como é o caso da UNIR. Cada uma dessas professoras iniciou sua carreira em um tipo de escola, uma no ensino superior (A), e duas com turmas do primário de 1ª a 4ª série (B e C) em turmas multisseriadas, com alunos de idades diversas e em níveis diferentes de escolarização. As salas eram muito pequenas, escolas improvisadas, e as professoras com pouco conhecimento na área, tinham que se dedicar ao máximo para transmitir ensino aprendizagem aos alunos, pois naquela época, as condições de educação local eram precárias, o estado de Rondônia ainda estava em fase de desenvolvimento, não tinha merendeira, eram as professoras que preparavam, que faziam a

matrícula, levava o aluno no hospital caso se machucasse na escola, tinham que comprar materiais para trabalhar a didática, e precisava conciliar todas as atividades, etc.

Uma das entrevistadas relatou que as principais dificuldades enfrentadas nas décadas de 70 a 90 pelos professores era o baixo salário, a falta de transporte, salas de aula muito apertada, ter que trabalhar e estudar sem ter condições financeiras para manter suas despesas de alimentação, roupa, materiais didáticos, tendo que se desdobrar para conseguir dinheiro, pois eram filhos de sítiantes que também estavam vivendo uma situação econômica difícil, falta de tempo para fazer o planejamento das aulas, péssimas condições de estrutura das escolas, etc.

Quando o professor exerce uma carga horária de 40 horas ou mais, ela acaba não tendo tempo para realizar o planejamento de aula, e isso acaba por impossibilitar traçar atividades mais dinâmicas para serem paliçadas em sala de aula, prejudicando o processo de ensino aprendizagem, pois apenas o método tradicional de ensino é monótono e cansativo, causando desestímulo na turma (PRAXEDES, 2009).

Na escola rural daquela época que não era escola pólo, hoje a escola rural pólo, é nesse mesmo modelo da escola urbana. Naquele tempo era a professora que fazia tudo, mas a dificuldade maior mesmo era com relação ao tamanho da responsabilidade, mas eu não tive dificuldade porque não tinha medo, não tinha consciência essa é a palavra, eu fazia, não tinha tempo para pensar ou analisar para saber se dou ou não dou conta dessa responsabilidade, ela chegava à frente e a gente encarava e hoje olhando eu digo, “olha o que eu fiz e se fiz certo, mas também não poderia ter dado tão certo e eu não sei como seria”. (PROFESSORA B)

As barreiras enfrentadas durante o processo de ensino foram à dificuldade em dialogar com os familiares que tinham uma visão diferente sobre como seus filhos deveriam ser alfabetizados, falta de conhecimentos práticos para lecionar, pois não tinha formação acadêmica. Uma das participantes relatou que,

No ensino superior o problema foi à locomoção, tinha que pegar o ônibus para ir para faculdade também ocorreu no ensino médio, que tinha que caminhar a pé e depois mais 35 km de ônibus, a ausência de escolas nos locais onde a gente residia também sempre foi um problema. (PROFESSORA C)

Muitas foram às dificuldades vivenciadas ao longo dos anos de docência, conforme relatado pelas professoras, desde questões relacionadas à falta de estrutura adequada das escolas, falta de materiais didáticos, de merenda para os alunos, conflitos com os pais devido a forma de ensinar, falta de tempo para planejar as aulas, etc.

Segundo Brasil (2000), até a década de 2000, o ensino em Rondônia era limitado ao primário, escolas trabalhavam de forma multisseriada, com várias turmas e idades em uma mesma sala, pois como o estado estava começando a ser povoado, havia um número muito

pequeno de alunos, não tinha materiais e nem professores capacitados adequadamente. As escolas eram improvisadas, pequenas, no entanto, conseguir suprir as necessidades da época, mesmo com dificuldade e defasagem no quadro.

Segundo a colaboradora,

Tenho 38 anos de docência, um pouco mais consolidada e um pouco brutalmente de como foi possível aqui na universidade. Se uma criança acidentava na escola a professora que tinha que levar no hospital, tinha que ir de bicicleta, fazer merenda, cuidar dos documentos, matriculas transferência, etc. As coisas resolviam em Cacoal, tinha que se deslocar para lá sempre que precisava. Na escola rural daquela época que não era escola pólo, hoje a escola rural pólo, é nesse mesmo modelo da escola urbana. Naquele tempo era a professora que fazia tudo, mas a dificuldade maior mesmo era com relação ao tamanho da responsabilidade, mas não tinha dificuldade porque não tinha medo, não tinha consciência essa é a palavra. Uma coisa é você trabalhar com crianças como aprendiz, porque a discussão do conteúdo que criança não faz é um nível mais aceitável, outra é com adultos, o tempo todo era assim, tentando não ter complicação administrativa e nem causar para os alunos. (PROFESSORA B)

No Ensino Superior eu tive no começo uma dificuldade de adaptação porque embora tenha processos pedagógicos didáticos, tem coisas semelhantes, mas é um público diferente, você está acostumada a trabalhar com crianças ou no máximo adolescente, teve essa mudança de público para adultos e aos poucos você vai tentando encontrar o seu jeito de ser docente no ensino superior e fica bastante preocupada no começo. Então no ensino superior a maior dificuldade foi de ter uma identidade de professora de ensino superior. Apesar de que essa dificuldade no meu caso ainda continua, às vezes ainda fico pensando sobre a minha identidade de professora do ensino superior, até porque já faz uma década que eu entrei, o perfil da turma e dos estudantes muda muito e essa busca de identidade ainda continua em alguns aspectos. (PROFESSORA C)

A forma de ensinar cada assunto que é trabalhado em sala de aula, cada experiência vivenciada só possibilita ser compreendida quando se leva em conta um conjunto de fatores que envolvem a história de vida dos indivíduos que interagem (professor e aluno), sua formação, experiências, saberes que adquiriu ao longo de sua jornada, etc. (OLIVEIRA, 2003).

Essas professoras quando chegaram em Rondônia juntamente com seus familiares, enfrentaram muitas dificuldades, desde a questão do ensino, quanto questões financeiras, ter que ficar mudando de uma cidade para outra até encontrar um bom lugar para se fixar, trabalhando de meios, em numa luta constante, conseguiram concluir seus estudos e poder atuar como docente do ensino superior na UNIR.

Independente do campo de atuação do docente, no ambiente escola, o sistema de ensino sofre muitas mudanças, e isso torna essa profissão desafiadora, precisando este profissional estar em constante aperfeiçoamento, mantendo-se atualizado e pronto para desenvolver novas práticas pedagógicas inovadoras e eficientes (PRAXEDES *et al.*, 2010)

Costa (2005) explica que na década de 80 se praticava no estado de Rondônia uma educação não formal, elaboradas por meio de um conjunto de procedimentos visando o alcance

de ensino aprendizagem dos alunos que residiam na zona rural.

Algumas dessas professoras há muitos anos atrás já deram aula para alunos que hoje já são mestres, que atuam na docência e até mesmo como colegas de trabalho, o que lhes é uma satisfação, pois percebem que mesmo com tantas dificuldades e pouco conhecimento que tinham no início, seus esforços valeram à pena.

Esses professores migrantes que vieram de outras localidades do país, deram voz e significado a história educacional deste estado, pois contribuíram para a construção da cidade e da educação e que precisam ter sua história registrada e interpretada para que se possa compreender o significado do que reflete atualmente em sala de aula (CERTEAU, 1998).

Muitos anos se passaram, desde a abertura da BR que deu acesso aos imigrantes no estado de Rondônia, e muitos ainda estão presentes para contar um pouco de sua história e experiências vivenciadas ao longo dessas décadas neste estado, sendo muito valioso, poderem conhecer essas histórias e registrá-las.

6 ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

Por meio desta pesquisa foi possível observar que não foi fácil a luta dessas mulheres junto com suas famílias ao longo de suas histórias, e essa batalha iniciou-se em na terra natal e continuou no estado de Rondônia, onde vieram fazer moradia entre as décadas de 70 e 80, na busca por terras e uma vida mais digna, pessoas essas que moravam na zona rural do estado e que se mudaram várias vezes, até conseguir seu pedacinho de terra e fixar moradia.

Todo o processo de formação dos professores que fizeram seus estudos no Estado de Rondônia tem características específicas, diferentes dos demais percursos de formação de professores em outros Estados. Isso de alguma forma proporcionou a esses professores experiências e saberes que transformaram seus desempenhos, suas didáticas e métodos em sala de aula.

Como as famílias antigas tinham muitos filhos, a situação econômica era precária, não tinha muita renda e ainda, precisavam mandar as crianças para a escola, comprar material, roupa, e estes tinham que caminha por longos quilômetros a pé e pegar lotação para poder chegar a escola e voltar para casa.

Todos os pais sempre deram apoio a essas filhas para poder estudar, pois reconheciam a importância que a educação tem na vida do ser humano, e elas trabalhavam ajudando os pais em uma parte do dia e em outra seguiam para escola, na época, improvisadas com turmas

multisseriadas e professores despreparados para ensinar.

Começaram sua trajetória como docente ainda novas, sem experiência, e ao longo dos anos foram aprendendo e desenvolvendo novas técnicas, sempre buscando melhorar cada vez mais, umas tinham pretensão de ser professoras e outras não, mas a vida as colocou nesse caminho e com o tempo foram desenvolvendo afinidade pelo ensino, decidindo continuar nessa área.

Para conseguir cursar o ensino fundamental, médio e superior foi uma grande luta, muitas dificuldades precisaram ser vencidas, como a falta de condição financeira, cansaço, medo, distância, precariedade na educação, ficar longe da família, trabalhar cedo para ajudar no sustento da casa e poder comprar materiais para estudar. Mas no fim, tudo valeu a pena, hoje estão atuando como professoras na UNIR, um lugar onde não imaginavam chegar quando eram crianças, mas a vida abriu as portas, pois elas não mediram esforços para vencer cada barreira encontrada no caminho ao longo desses anos. Uma iniciou carreira na UNIR a 10 anos, outras já estão mais tempo, em fase de aposentadoria, para poder colher os frutos do que plantou ao longo de sua trajetória.

Conclui-se que é importante conhecer sobre a história dos primeiros professores de Rolim de Moura e poder registrar suas memórias, visto que o que é contado durante a entrevista oral, torna-se uma base para ampliar o conhecimento acadêmico e social sobre o início do desenvolvimento do estado de Rondônia.

MEMORIAS E HISTORIA DE PROFESORES DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR: IMÁGENES Y PERCursos FORMATIVOS DE 1980 A 1990

RESUMEN El objetivo general de este trabajo fue analizar el proceso formativo de profesores entre la década de 1980 a 1990 y la influencia ejercida por los atravesamientos del espacio-tiempo territorial y cultural en la formación del municipio de Rolim de Moura durante esa producción. La metodología utilizada fue a la revisión bibliográfica en artículos publicados en internet, seguido de una entrevista histórica oral con tres maestras de la enseñanza superior, residentes a más de 30 años en Rolim de Moura. Se observó que las profesoras participantes de esta investigación enfrentaron muchas luchas, desafíos y dificultades a lo largo de su trayectoria de vida, provenientes de familias carentes, de la zona rural, que frecuentan escuelas desfavorecidas de profesores, materiales didácticos y estructura física, alimentación, el contenido trabajado no dialogaba con la realidad, pero era la herramienta que se tenía en manos para enseñar a los alumnos en aquella época. Se concluye que la necesidad de buscar conocer más sobre la historia de los primeros profesores de Rolim de Moura y poder registrar sus memorias, ya que lo que se cuenta durante la entrevista oral, se convierte en una base para ampliar el conocimiento académico y social sobre el inicio del desarrollo del estado de

Rondônia.

Palabras-clabe: Profesores. Enseñanza superior. Memorias e Historias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. M. O Plano Nacional da Educação e o papel da sociedade no processo de sua construção coletiva. Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, ano 18, n. 124, dez., 2010. Disponível em: http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_124/. Acesso em: 20/04/2019.

ALVES, N. G. Formação de docentes e currículos para além da resistência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 71, p. 1-18, 2017.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos. **Obras completas**, v. 13. 1964.

AZEVEDO, R. **A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização**. Mar., 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/>. Acesso em: 20/04/2019.

BACELAR, J. **Estrada de ferro madeira Mamoré**. Guia Geográfico – Rondônia. 2019. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/rondonia/madeira-mamore.htm>. Acesso em: 12/05/2019.

BORGES, C. J. **Professores leigos em rondônia: Entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente – um estudo de caso – O PROHACAP**. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista – UNESP Araraquara – SO, 2011. 416p.

BELLO, J. L. P. Educação no Brasil: a História das rupturas. *In: Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso em: 10/04/2019.

BENINI, M.M.G.; BRANCHER, V.R.; OLIVEIRA, V.F. Saber ser, saber fazer: a formação de professores num complexo processo de conhecimento de si. **UNIREVISTA (UNISINOS)**. Online), v.1, p.1-4, 2006.

BRASIL. A História de Rolim de Moura - RO através da Fotografia: comemoração ao 28º Aniversário. **Latin American & Caribbean Forums**, 2010. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1428383>. Acesso em: 12/05/2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22/04/2019.

BRASIL. **Lei de 15, de outubro de 1827**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 22/04/2019.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 22/04/2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22/04/2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 22/04/2019.

BRASIL. MAPAS DE RONDÔNIA. **Mapa municípios de Rondônia**. 2012. Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2012/01/mapas-de-rondonia.html>. Acesso em: 20/04/2019.

BRASIL, P. **Vilhena conta sua História**. Vilhena: Gráfica Delta, 2000.

CARVALHO, A. L. **Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano na sala de aula**. Cuiabá. Edufmt, 2005a.

CARVALHO, J. M. O não-lugar dos professores nos entre lugares de formação continuada. **Revista Brasileira de Educação**, nº 28, jan-abr., 2005b.

CASER, A. T.; SÁ, D. M. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, v.18 n.2, Rio de Janeiro Abr./Jun., 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. v.1, 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, 1998.

COY, M. **Desenvolvimento regional na periferia Amazônia: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de ‘ponteira’** O caso de Rondônia. Traduzido por Elizabeth Maria Speller. p. 167-194, 1988. Disponível em: http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf. 14/05/2019.

COSTA, M. A. **A integralidade da educação ambiental e o ensino de ciências em espaços formais, informais e não-formais**. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz-IOC, 2005.

DAVID, Ellen Adriana. Et al. Aspectos da evolução da educação brasileira. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, v. 5, p. 184-200, 2014.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR). **Resolução nº 466/CNSEA, de 14 de dezembro de 2016**. Disponível em: http://www.secons.unir.br/uploads/ato/466_resea_manual_estagio_supervisionado_curso_ped_ag_ARIQUEMES_624395587.pdf. Acesso em: 12/05/2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR). **Fundação Universidade Federal de Rondônia: histórico**. 2009. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=158632338>. Acesso em: 12/05/2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **População**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 15/05/2019.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. 1971. **Rondônia cresce com Campus de Porto Velho**. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. 5 de maio de 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=19899&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 10/05/2019.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n. 159, p.38-62 jan./mar. 2016.

MEIHY, J. C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, F. A. A reforma educacional da década de 90: configuração de novos padrões para a educação básica. In: **Educação em Foco**. Juiz de Fora (MG), v. 7, n. 2, p.191-204, set/fev., 2002/2003.

NASCIMENTO, C. P. O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 2, mai/ago, p. 53-69, 2010.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores**. Porto, Porto Editora, 1992. 216p.

NUNES, D. D. **Hidrovia do Madeira: (re) configuração espacial, integração e meio ambiente**. [Tese de Doutorado]. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2004. 358p.

OLIVEIRA, I. B. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIMENTEL, P. C. O. Z. **Evolução histórica da educação**. 2018 [data provável]. Disponível em: <http://proferlao.pbworks.com/w/file/63671752/EVOLU%C3%87%C3%83O%20HIST%C3%93RICA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20/04/2019.

PINTO, E. P. **Território Federal do Guaporé: Fator de Integração da Fronteira Ocidental do Brasil**. Rio de Janeiro: VIAMAM, 2003.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos: Rondônia: A trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

PRAXEDES, G. C. **Utilização de espaços de educação não formal por professores de Biologia da cidade de Natal – RN**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Natal, 2009.

PRAXEDES, A. P. P. *et al.*, **A Desmotivação Docente em Escolas da Rede Pública do Município de Teotônio Vilela - AL**. Disponível em:

<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/A-DESMOTIVACAO-DOCENTE-EM-ESCOLAS-DA-REDEPUBLICA-DO-MUNICIPIO-DE-TEOTONIO-VILELA-AL.pdf>. Acesso em: 08/06/2019.

ROHDEN, J. B. Vestígios da história da educação de Vilhena-RO: revisitando a primeira Instituição escolar “Wilson Camargo” (1960-1980). **Rev. Educa**, Porto Velho (RO), v.1, n.2, p. 52 – 69, 2014.

RUEZENNE, G. B. **Os Cursos de Licenciatura em Matemática no Estado de Rondônia: um panorama histórico**. [Dissertação de mestrado]. Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012. 222 p.

RUEZENNE, G. B.; DALCIN, A. **Uma História da Constituição e Caracterização da Licenciatura em Matemática no Estado de Rondônia**. [Artigo de revisão]. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/ebiapem/trabalhos/1fbee631e71654179b736f3918ee56d5.pdf>. Acesso em: 20/04/2019.

SANTOS, HÉLLEN Thais; GARMS, Gilza Maria Zauhy. **Método autobiográfico e metodologia de narrativas: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores**. II Congresso Nacional de Formação de Professores XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. 2013. 13p.

SAVIANI, D. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 474p.

STAMATTO, M. I. S. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910)**. Programa de pós-graduação em educação – UFRN. 2012.

TEIXEIRA, A. L. F. Um breve histórico da educação brasileira sob o signo da precariedade. **Encontros**, Ano 13, Número 24, 1º semestre de 2015, p. 60-76.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. **História Regional: Rondônia**. 2. ed., Porto Velho: Rondoniana, 2001.

TEIXEIRA, C. C. **Visões da Natureza**. Seringueiros e Colonos em Rondônia. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.

WALTERLINA, B. **Educação superior na Amazônia e transformações recentes em Rondônia**. PIBIC UNIR – 2007. p. 1-18. Disponível em: <https://www.academia.edu/3569053/Educa%C3%A7%C3%A3o_Superior_e_Transforma%C3%A7%C3%B5es_Recentes_em_Rondonia_2007>. Acesso em: 22/03/2019.

APÊNDICE

Roteiro para entrevista oral

1. Função atual?
2. Há quanto tempo reside no estado de Rondônia?
3. Há quantos anos mora em Rolim de Moura?
4. A quantos anos está na educação?
5. Quando iniciou sua jornada como educador já possuía qual nível de escolaridade?
6. Onde foi a primeira escola onde lecionou nesta em Rolim de Moura?
7. Para quais turmas?
8. Como era o processo de ensino nas escolas da época?
9. Quais imagens e percurso formativo vivenciada pelos professores na década de 80 e 90?
10. Quais as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos na área de educação?
11. Quando conseguiu cursar o ensino superior?
12. Enfrentou alguma barreira durante este processo de ensino?

13. Contou com a contribuição de algum programa de políticas públicas para cursar o ensino superior?